



Prefeitura de São José dos Campos

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026

Atas das Audiências Públicas

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2026

No vigésimo sexto dia do mês de março de dois mil e vinte cinco, às dezoito horas, no Auditório da Casa do Idoso Centro, situada na Rua Euclides Miragaia, nº 508 – Centro, teve início a audiência pública em atendimento à Constituição Federal, à Lei Complementar Federal nº 101/2000, e nos termos do artigo 16, inciso III, do parágrafo 2º, e do artigo 207, ambos da Lei Orgânica do Município, para recebimento das propostas para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026. A audiência foi dividida em quatro etapas: 1 - introdução; 2 - apresentação e explicação dos conceitos e finalidades da Lei de Diretrizes Orçamentárias; 3 - coleta das sugestões da população referente às prioridades e ações do Poder Público para serem realizadas no ano de 2026 e 4 - conclusão e encerramento. O objetivo da audiência pública é garantir a participação popular nas decisões do município, coletando sugestões sobre as metas e prioridades a serem consideradas na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026. A mesa foi composta pelo Sr. José Nabuco Sobrinho, Secretário de Gestão Administrativa e Finanças e o Sr. Alexandre Anacleto, Diretor Financeiro da Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças. Como estabelecido, a palavra foi passada ao Sr. José Nabuco Sobrinho, conforme transcrito na íntegra abaixo:

Gente, se precisar se acomodar tem cadeira vaga aqui logo mais à frente.

Bom, vamos dar início à nossa primeira audiência pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. No total de duas audiências que nós faremos, a próxima já está marcada para a próxima semana. Eu gostaria de agradecer a presença do vereador Sidney Campos, que está presente aqui, muito obrigado, vereador, ao Sr. José Ribeiro, da companhia cultural Bola de Meia.

A Eleni Lopes da Silva, da comunidade do Banhado.

Jorge de Paula Furlan da companhia Patacoada Fora da Cultura e aos demais presentes, os munícipes de São José dos Campos, muito obrigado pela presença. É muito bom o interesse pela administração pública e é isso que faz a cidade cada vez crescer mais e orientar ainda mais as políticas públicas do nosso prefeito. Nós vamos fazer uma apresentação breve aqui sobre a LDO, nosso diretor financeiro aqui está pronto para fazer essa apresentação.

Como vocês sabem, é uma audiência pública, depois nós temos aqui...

Já estava. O nosso site da Prefeitura já está aberto para receber sugestões sobre a composição da LDO. Nós temos o prazo até o mês de abril para fazer entrega para a Câmara dos Vereadores. E hoje também quem quiser fazer o uso da palavra e se manifestar tem um prazo estipulado de três minutos e a lista está lá logo na entrada, quem tem interesse em se manifestar pode se inscrever.

Vamos então dar início às nossas apresentações. E, mais uma vez, muito obrigado para todos vocês.

Boa noite a todos.

Meu nome é Alexandre, sou representante do Departamento Financeiro, lá da Prefeitura Municipal. Primeiramente, agradecer a presença de todos, é muito legal ver que a casa

está cheia. Essa aqui é a construção do nosso orçamento para o ano que vem, é muito importante que toda a população participe da formulação do orçamento da cidade.

Eu só queria reforçar mais uma vez que se alguém tem o interesse de fazer a manifestação da palavra aqui, que se inscreva ali com o pessoal na entrada e depois eles vão passar para que a gente possa ao final da apresentação chamar um por um na ordem de inscrição. E também peço para que todos respeitem os três minutos que nós vamos estipular para que dê tempo de todo mundo se manifestar.

E existe isonomia para todo mundo falar ao mesmo tempo, se manifestar com o tempo. Então vamos lá, fazer uma breve apresentação explicando um pouco de como é a construção do orçamento e o que a LDO representa dentro dessa construção.

Nós vamos fazer duas apresentações da LDO. Uma que está ocorrendo aqui hoje, e quarta-feira, dia dois de abril, faremos aqui mais uma audiência nesse mesmo horário. Em cumprimento, a realização que estabelece que na construção do orçamento, existe a participação popular. Então, a gente traz essa audiência pública para escutar o que a população tem para dizer para a tentar compor aí a construção do nosso orçamento com as sugestões dos munícipes. Então nós deixamos aqui, quando vocês chegaram, esse QR Code tem o site da Prefeitura, vocês podem fazer as sugestões online acessando o site da Prefeitura, tem um banner da LDO, é só acessar lá, fazer um breve cadastro e colocar as suas sugestões.

Até o dia 4 de abril a gente vai estar absorvendo essas demandas para depois a gente consolidar tudo na peça orçamentária da lei de diretrizes.

Então só explicando um pouco de orçamento, de como o orçamento é construído, nós temos três peças orçamentárias no dispositivo constitucional, que é o PPA, plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, que a gente está discutindo aqui hoje, e a lei orçamentária anual, que é o orçamento propriamente dito.

O PPA vai definir os objetivos e as diretrizes do município, onde a gestão quer chegar. E ele estabelece um período de quatro anos para poder estruturar os planos de governo. A Lei de Diretrizes Orçamentárias já vem com a ideia de como vai atingir isso. Então, ela estabelece metas e prioridades para que o governo possa atingir seus objetivos. E o orçamento, ele detalha as receitas e despesas e é a execução das receitas que o município recebe aplicando em prol da população, prestação de serviços e tudo mais.

Então, gente está sempre pautado na lei de responsabilidade fiscal, que é esse importante instrumento que traz equilíbrio para as contas públicas. A lei de responsabilidade fiscal traz vários dispositivos para que o gestor seja responsável, não gaste mais do que arrecada, limite com despesa de pessoal, regras para investimento. Então, a lei de responsabilidade fiscal, ela dá um corpo para que o gestor público possa atuar de forma responsável.

Então, como que funciona as peças de planejamento aí ao longo dos anos? O plano plurianual, como eu disse anteriormente, ele dura quatro anos e ele começa no segundo ano de gestão. Então, ele avança em um ano de gestão do próximo gestor. Aqui em São José a gente teve a reeleição do prefeito Anderson, mas o PPA deles da última gestão está valendo para esse ano ainda.

E no final desse ano nós vamos também elaborar o plano plurianual para a valer a partir de 2026 até 2029. A lei de diretrizes e a lei orçamentária, ela ocorre todo ano, a LDO nesse mesmo período que a gente está agora e a LOA mais no final do ano, em setembro. Então o prazo para a entrega da LDO é até abril, encaminha a proposta para a Câmara para ser votada e aprovada e a LOA em setembro. Esse ano que é o primeiro

ano de mandato tem a especificidade do plano plurianual e ocorre até um certo descasamento, o plano plurianual deveria vir antes da LDO, alguns municípios fazem essa alteração, aqui a lei orgânica ainda mantém esse cronograma.

A gente elabora o LDO agora, o plano plurianual vem ao final do ano e se a gente precisar fazer alguma alteração no LDO a gente faz quando entrega a LOA e o Plano Plurianual também.

Então, as sugestões que vocês podem trazer aqui hoje, elas podem ser nas diversas áreas que o município atua, segurança, saúde, habitação, enfim. Todas as áreas que a prefeitura atua de maneira objetiva ali, os munícipes podem sugerir. Uns exemplos que a gente traz aqui das propostas são alguma nova obra que você queira que tenha no seu bairro.

A melhoria de algum serviço que é prestado à população, o UBS resolve, a coleta de lixo, alguma sugestão, ou um novo projeto, algo que a Prefeitura ainda não faz que você ache que seja interessante, que você pode sugerir para que a gente avalie e tente incluir essa sugestão na LDO. Então, mais uma vez, só lembrando do formulário.

Essa era a breve apresentação que a gente tinha para fazer, agora a gente vai abrir para manifestação de cada um. Eu vou deixar essa tela aqui, um pedaço dela, para quem quiser apontar o celular aqui para capturar o QR Code, mas no site da prefeitura também é possível acessar.

Então, gente coloca um temporizador aqui para que todos tenham o mesmo tempo de manifestação, certo? Vou chamar uma pessoa por uma aqui para poder se manifestar. Eu peço só que, mais uma vez, que se atente ao tempo aqui para que a gente possa ter igualdade no tempo para todo mundo aqui. A primeira pessoa escrita é o senhor Eric Tiago. Por favor.

Boa noite, senhoras e senhores. Hoje subo a esta tribuna para destacar temas essenciais para a nossa cidade, que impactam diretamente a mobilidade, infraestrutura, segurança e igualdade da vida dos cidadãos. São solicitações que adentram na cidade reais da população e merecem a devida atenção da lei de diretrizes orçamentária. Primeiramente, reforço a importância da extensão das linhas 204A e B e 237 até o Jardim Paineiras. O percurso a ser ampliado é de menos de 800 metros, um pequeno ajuste que trará grande benefício aos moradores, garantindo melhor acesso ao transporte público. Na área da Vila Terezinha, também solicito um aumento de destino da linha para a região oeste, melhorando a conectividade do sistema de transporte da cidade para esses moradores. Na área da infraestrutura e lazer, destaca necessidade da construção de uma quadra society na praça, localizada entre a rua A Morelos e a avenida de Sinaloa, no Jardim Paineiras. O local se encontra com terraplanagem pronta, que facilita a implementação e reduz os custos de obra. Ainda nesse contexto, solicita a cobertura da quadra Parque Nova Esperança, localizada na próxima rua Maria Águeda de Jesus, garantindo melhor utilização do espaço esportivo em quaisquer condições climáticas. Outro ponto fundamental é a aplicação de fresa asfáltica no final da avenida Sinaloa, interligando o bairro de Santa Hermínia à rua Pedro do Sol. Essa medida visa melhorar a segurança dos moradores e motoristas, oferecendo um caminho mais estruturado e seguro. No que se refere aos servidores públicos, é imprescindível discutir o assunto do vale à alimentação e no subsídio do governo médico. Valorizar os funcionários municipais é garantir um serviço público de qualidade para toda a população. Também trago aqui uma solicitação para a formação de uma equipe de patrulhamento na região central, aliado a um curso de fiscalização para combater

comércio ilegais e a segurança que os comerciantes vêm relatando que não está tendo a efetividade. Essa medida se torna ainda mais urgente com o aumento do furto de pessoas, lembrando que logo teremos a implementação da Loja Busca a Busca. Além dessas demandas, ressalta a necessidade de melhorias na estrada municipal Krautstorm Pereira de Oliveira, especialmente próximo ao número 1500, onde há um trecho com mato alto e falta de calçamento, dificultando o tráfego seguro de pedestre, também fundamental a instalação de iluminação adequada ao trecho, próximo ao ônibus dessa mesma estrada, garantindo mais segurança para a população que utiliza o transporte público. Por fim, reforço a importância da regularização fundiária dos bairros Majestic, Capão Grosso I e II, e das casas ao final da Avenida Sinaloa, com conexão Santa Hermínia. Essa ação trará a dignidade das famílias que há anos eu aguardo pela documentação de suas moradias. E por fim, agradeço a todos pela atenção. Uma ótima noite.

Obrigado, Eric, pela manifestação. Só lembrando, que todas as manifestações aqui são passadas em ata e depois nós respondemos no cadastro que vocês fizeram no início. Responderemos depois o e-mail, com a devolutiva. Próximo inscrito, a senhora Angela Aparecida da Silva.

Boa noite a todas e todos e todas. Primeiro, eu quero aqui lamentar, lamentar que eu ouvi hoje que teremos só duas audiências, sendo que antes era em todas as regiões. Como que o pessoal que mora lá no fundo, no Santa Lúcia, que vai lá na Casa do Idoso na Vista Verde, vai participar? Para chegar aqui às seis horas da tarde é horrível, eu espero que a Prefeitura reconsidere isso, porque é humanamente impossível que a população que mora distante, quem mora em São Francisco de Xavier, de vir participar. Então, dá para repensar, porque se vai entregar em abril, final de abril, entrega no final de abril, mas que abra para outras regiões como é de costume. Isso é um repúdio mesmo que eu deixo aqui, não pensando na população que mora distante. Eu venho hoje aqui, como eu vi em todas as audiências, e a água mola em pedra dura, tanto bate até que fura, eu tenho certeza que vamos conseguir. Que a prefeitura deixe um orçamento para regularização fundiária, principalmente a REURB-E, que consta na Lei 13.465 de 2017, e REURB-S. Mas, propriamente dita a REURB-S, porque é para famílias de baixa renda, famílias que moram em locais distantes, que não têm condições de arcar com a infraestrutura, que é uma responsabilidade da Prefeitura. Então, que tenha orçamento para a regularização fundiária das famílias de baixa renda, que reside em loteamentos irregulares, levando em consideração o que consta na Lei 13.465, 2017, no seu artigo 9º, 10º e 11º. Também quero dizer aqui que eu faço parte do coro sinfônico da Fundação Cultural, um coro aguerrido que está pronto de morrer, preste-se ser enterrado, porque não abre mais chamada para as pessoas fazerem, virem fazer a audição e entrar no coro, para pasmem, que era um coro de 80 pessoas, atualmente tem seis pessoas iniciantes. Então, eu peço que, no mínimo, tenha o orçamento de 1% para a Fundação Cultural poder administrar os seus projetos e também para vir para o nosso coro. Porque o ano passado, para a gente conseguir cantar, quase fechando o ano, foi uma luta muito forte do nosso maestro. Eu espero que o orçamento seja atendido a essa nossa solicitação e que revejam essa história de duas audiências só. Obrigado.

Obrigado, Ângela. Pessoal, gente não costuma responder os questionamentos, mas eu vou pontuar o que a Ângela acabou de falar, que eu esqueci de falar na apresentação. Nós fizemos um novo modelo agora para a LDO, com duas audiências, porque nós, na LOA, vamos manter todas as audiências em todas as regiões da cidade, e vamos fazer audiências mais espaçadas, por isso que a gente está mudando esse formato. Na LOA, vamos fazer audiências não uma semana corrida, nós vamos espessar mais as

audiências, exatamente para tentar coletar com mais acurácia as demandas da população e inserir essas demandas no orçamento propriamente dito.

Aproveitando, também nós falamos que tem exatamente aqui, por esse QR Code, e já pode ser feito, já está aberto, já está acontecendo, nós já temos mais de 100 sugestões de inclusão pelo site. O mundo está bem mais moderno, a presença das pessoas hoje em dia, não é tão necessário neste tipo de modelo. Esse também é dos motivos que a gente está abrindo mais, dando mais facilidade para as pessoas poderem acessar e trazer as informações. Então, mais no mundo moderno, mais entregar mais para a população e ser o mais democrático possível.

Bom, o próximo inscrito é a senhora Jaqueline. Eu não estou conseguindo ler o sobrenome aqui, é Baumgratz.

Boa noite, eu sou Jaqueline Baumgratz, nome esquisito, mas sou muito caipira, piraquara, moro na região rural, meu pai mora na região rural, na Guaçoca, é um bairro que está esquecido, muitos moradores, mais de 500 moradores da região rural, a estrada é ruim, passa ônibus escolar e sofre com as crianças ali, mulheres com suas crianças andando à noite num lugar escuro, cheio de buraco.

O lixo está sorrindo o Buquirinha, o lixo está indo para dentro do rio porque as pessoas jogam móveis, jogam eletrodomésticos, então precisa ter uma campanha de limpeza, de lixo seguro, já peço isso, mas eu sou da cultura, eu sou educadora e arte educadora, artista, e o que está acontecendo com a Fundação Cultural é muito grave. Nós temos mais de 30 milhões aprovados no orçamento de 2025, dizem que fizeram uma pesquisa que eu nunca vi, essa pesquisa de aceitação. Nós temos casas de cultura fechadas, sábado e domingo. Nós temos muito menos, chegamos a ter 8 mil postos de trabalho, porque nós somos trabalhadores da arte e da cultura. Mães, pais que sustentam seus filhos trabalhando com arte cultura. Essa é a nossa profissão. A gente estudou para isso. Então, seja na música, seja no teatro, na literatura, na escrita, na dança. A gente trabalha, escolhemos como profissão, e ensina crianças e adolescentes, sejam com deficiência, sem deficiência, um trabalho lindo, transformador do mundo. E, como eu, vários trabalhadores, mais de 1.500, 2.500 trabalhadores de arte e cultura, que não somos considerados trabalhadores, o que é muito triste. Nós somos MEIs, M.E., não temos seguro trabalhista, nada. Se a gente trabalha, a gente recebe.

Então peço a vocês um olhar especial para o que está acontecendo com a Fundação Cultural. Nós tivemos, sofremos o estatuto, sofreu uma alteração, e aí o que aconteceu? A alteração foi só para o nosso presidente ficar mais tempo, eu nunca vi isso. Um estatuto que sofreu essa alteração, ele é ad eterno, o presidente que está lá? Nem prefeito é ad eterno.

Então, está errado, tem alguma coisa errada. E eu peço a vocês que façam auditoria na Fundação Cultural Cassiano Ricardo para saber para onde está indo esse recurso. É isso. Acabou meu tempo? Oi? 1%! Mínimo de 1% para a área da arte e da cultura. Mínimo de 1%. A gente não quer 5, não está só falando em 10, a gente está falando em mínimo de 1%. Nem isso a gente tem. É uma vergonha para a cidade que é considerada capital da cultura, se é capital da cultura, tem que ser referência para as outras cidades da região. Não é só uma cidade de tecnologia, é uma cidade da viola, é uma cidade caipira, é uma cidade da festa do Mineiro, é festa... É uma cidade tão linda de arte e cultura, gente, que a tinha que se orgulhar, mas o jeito que está não está bom. E a Fundação é nosso órgão representante. Obrigada.

A próxima pessoa escrita é Alcémir José.

Seu Alcémir José Roberto, isso? Palma Ribeiro.

Boa noite. Eu também venho falar da Fundação Cultural. Eu fui gestor da Fundação Cultural de 2013 a 2016. A Fundação foi criada em 1985, e em 1986 ela passou a funcionar e ela é referência para outras cidades. Paraibuna, Jacareí, as cidades do litoral, todas têm uma Fundação.

E a minha preocupação é com a situação administrativa da Fundação. É necessário fazer uma reforma administrativa. No final de 2016, nós fizemos uma reforma e não mandou, e não foi feito outra. Mais de oito anos e, pelo menos, nós não temos conhecimento da necessidade e da importância desse órgão gestor, ter a reforma para que tenha concurso. Vocês não ouviram falar de concurso há muito tempo na Fundação Cultural, porque uma foi em 1994 e a outra foi em 2000. Então, uma das metas que tem que ter na LDO é a reforma administrativa para que possa se recompor a Fundação. As pessoas que lá estão, várias já faleceram, várias estão aposentadas, então a dinâmica dessa estrutura acaba ficando aquém do tamanho de São José dos Campos. Então, uma meta da LDO é a reforma administrativa porque ela é necessária, senão a fundação vai acabar. A segunda é a ampliação do fomento Fonte 1, que é o Fundo Municipal de Cultura. Há anos está 1 milhão e quinhentos, então é necessário que se amplie e se aumente. E para que gente tenha uma reforma.

Hoje eu vi uma cena triste também falando da manutenção dos espaços, quem puder depois ter conhecimento, o ateliê da Fundação que fica na tecelagem estava chovendo dentro do ateliê e tudo que lá se encontra, os materiais das oficinas e do ateliê, acabou sendo deteriorado pela água por falta de manutenção. Então, mesmo não tendo a recomposição de funcionários, você fazer contratos terceirizados da manutenção dos espaços físicos é fundamental. Em um bem tombado, como é a Tecelagem, como é o espaço que a Fundação administra, é possível que isso seja feito e gente não tenha cenas lamentáveis como esse do ateliê. Então, objetivamente, aumentar, ter como meta a reestruturação administrativa da Fundação e a ampliação de fomento no Fundo Municipal de Cultura para não ficar o mesmo valor. E para isso, vai precisar de recurso também.

Reforço aqui a necessidade de ter 1% do orçamento, porque o orçamento da Prefeitura amplia, mas isso não é acompanhado, a proporção não é acompanhada na mesma medida. Então é fundamental que isso aconteça, mas que aconteça a reforma, porque também não adianta ter dinheiro e não ter gente para executar os projetos. E uma pergunta por último, só para esclarecer, se vai ter audiência para o PPA também.

Sim, vai ter audiência para o PPA também. Próxima pessoa para prosseguir, agora é Elaine Lopes da Silva.

O senhor se inscreveu? O senhor se inscreveu para falar?

Eu peço só um minutinho. O Regis, pode pegar o nome do senhor aqui para ele poder se manifestar? Esse aqui da frente aqui.

Obrigado. Por favor. Boa noite a todos. Meu nome é Elaine Lopes. Eu sou líder comunitária no Banhado. Eu faço parte da rede nacional de mulheres, guardiões de territórios ameaçados e atingidos por megaprojetos. E vim falar sobre a regularização fundiária do Banhado. Vamos colocar o orçamento para a regularização dos bairros, que precisa ser feito.

E dizer que o banhado a gente ganhou, a regularização fundiária em primeira instância, mas a prefeitura tem uma certa dificuldade de aceitar isso. A gente está há dois anos pedindo a iluminação pública para ser trocada as lâmpadas que hoje quem descer no banhado, se vocês olharem da parte de cima da orla, vai ver que o banhado se encontra

totalmente no escuro. Isso é injusto com os moradores. A prefeitura tem esse preconceito com os pobres, ainda mais os pobres que moram em área central.

Mas nós temos nosso direito, a gente tem que exigir. Amanhã eu vou estar na rádio também cobrando. Eu estou com todos os protocolos de dois anos, onde fala que já foi para a Secretaria de Manutenção da Cidade e que o serviço está concluído. Não tem nada concluído, não tem nada executado. É só ir lá e ver. Está no escuro. Então cobrar o orçamento para regularização fundiária.

O Banhado não é um bairro que existe hoje. O Banhado é mais de 100 anos. A minha família mesmo chegou em 1930. A tem direito à regularização fundiária. Querendo prefeito ou não, vai acontecer. Então tem que se respeitar as pessoas. Tem que se respeitar os direitos. Então tem que fazer a manutenção necessária do bairro. Também quero falar sobre os prédios do CDHU, onde no Interlagos as famílias têm mais de 100 famílias para serem... Como é que fala?

Despejada. Tem mais de cem despejos. Essas famílias foram tiradas do banhado. Essas famílias foram tiradas de vários bairros da cidade alegando a área de risco a prefeitura. Agora eu quero saber, a retratação?

Vai ter retratação para essas famílias se elas perderem a casa delas? Porque elas tiraram de lá alegando a área de risco, aí colocaram elas no CDHU. A prefeitura já tem que saber que CDHU é para quem tem dinheiro, não é para quem recebe bolsa a família, para quem tem filhos para cuidar. Tem que escolher entre pagar a mensalidade ou dar comida para o seu filho no tempo de pandemia. Foi isso que aconteceu que juntou tantas dívidas para o pessoal de CDHU. Então vamos ver se a Prefeitura vai entrar com retratação para essas famílias. Porque uma vez que vocês pegam apartamento seja do CDHU, seja do Minha Casa Minha Vida, vocês nunca mais vão ter direito a ter outra moradia. Então tem que pensar e ter responsabilidade e agir de forma correta com os moradores e respeitar os direitos que a gente tem. Regularização fundiária para o banhado.

É, Sr. José Moraes Barbosa?

Boa noite. Eu me chamo José Moraes Barbosa. Eu sou membro da Frente de Defesa dos Direitos da Cidade Desperta São José. Sou professor, poeta, ambientalista e ciclista. Bom, eu vim aqui com o objetivo de pleitear, na peça orçamentária do município, recursos para a realização de um estudo de vulnerabilidade às mudanças climáticas. Todos aqui são testemunhas de que isso vem acontecendo.

E a todo instante há uma enorme preocupação com relação aos efeitos provocados por essas mudanças climáticas. Então, um município tão rico como São José dos Campos, que tem um PIB da ordem de 4 bilhões, um orçamento de quase 5 bilhões, não pode deixar de ter um estudo de vulnerabilidades de mudanças climáticas. Nós temos aqui o Inpe, o ITA, o IAV, o DCTA, universidades públicas e privadas. Nós precisamos, emergencialmente, ter estudo, para que nós possamos ter diagnósticos e prognósticos a título de se desenvolver políticas públicas para combater essas mudanças climáticas. A cidade São José dos Campos é uma cidade cheia de problemas, aparentemente não, mas é. Apenas, não somente segundo o IPLAN, 6 % da população, em torno de 42 mil joseenses vivem áreas verdes adequadamente. Então, nós precisamos de mais áreas verdes, nós precisamos tratar com respeito às áreas de risco, há muitas áreas de risco na região norte, região leste, região centro-oeste, entre outras. Então, a gente precisa desses estudos para que nós possamos desenvolver aqui políticas públicas para combater as mudanças climáticas e os eventos extremos. E não esquecendo que, além, evidentemente, do conhecimento científico, é preciso também priorizar os

conhecimentos populares. Então, esse estudo seria constituído por pesquisadores, cientistas e também os setores populares, porque os setores populares possuem um conhecimento que pode sim ter uma conexão com o conhecimento científico. E quero reforçar aqui a fala da Ângela, São José dos Campos é uma cidade gigantesca, existem muitas cidades, muitas pessoas em São José dos Campos que não são atendidas digitalmente.

Então é preciso, sim, que sejam realizadas mais audiências públicas. Até porque, segundo a mesa, até o final do mês de abril, se não me falha a memória, essas propostas serão encaminhadas. Então é necessário que muitas populações da cidade São José dos Campos, que não têm acesso aos meios digitais, assim eu tenho. Então eu faço cura aqui. E faço cura aqui também com aqueles que defendem 1% para a cultura.

É um absurdo que um município tão rico como esse não tenha recursos suficientes para atender as suas demandas. Então eu faço votos que São José dos Campos seja uma cidade rica, mas não apenas para alguns, mas para todos, em todos os sentidos, em toda a sua amplitude. É isso. Muito obrigado. Valeu.

É o próximo inscrito, senhor George de Paula Furlan.

Boa noite pra vocês!

Nós, cidadãos, agentes culturais, produtores, artistas, coletivos, instituições comprometidas com a valorização da cultura em São José dos Campos, estamos aqui hoje para apresentar uma moção de apoio à cultura. A cultura é um direito fundamental, essencial para a formação cidadã, da identidade coletiva e para o desenvolvimento humano e social. Além disso, é um vetor estratégico do desenvolvimento, gerando empregos, movimentando a economia criativa e contribuindo para o turismo, educação e qualidade de vida da população. São José dos Campos recebeu o título de capital da cultura, mas enfrenta cortes no orçamento da cultura, prejudicando projetos culturais, festivais e apoio aos artistas locais. É hora de mudar isso. Exigimos a destinação mínima de 1% do orçamento para a cultura, garantindo financiamento contínuo e estruturado para o setor. Além disso, pedimos a regulamentação desse percentual via projeto de lei, a realização da Conferência Municipal de Cultura, a valorização dos profissionais da cultura e atualização dos valores de editais e programas de fomento. Contamos com o compromisso de vocês para garantir que São José dos Campos continue sendo referência cultural no Estado e no País.

Também queremos mais o orçamento para manutenção dos parques da cidade, não a concessão, o parque é do povo, e o orçamento para regulamentação fundiária. Muito obrigado.

É, senhora... Eu não sei se é Alessandra de Cássia, Jorge, isso? Ou Alessandro? Alessandra? Por favor.

Primeira reivindicação é o tamanho do microfone. Também sou do Movimento da Cultura e reivindico também que o orçamento mínimo para a área seja de 1%, que hoje daria em torno de 50 milhões. No último PPA, 2022 a 2025, o orçamento desse ano seria em torno de 32 milhões. O problema é que nós viemos aqui, nós debatemos, nós fazemos tudo de acordo com o combinado, mas a Prefeitura não executa o que é combinado. E nós precisamos que isso seja cumprido. Nós sabemos do papel da indústria, economia criativa, sabemos que a Prefeitura tanto sabe disso como alardeia todas as pesquisas que saem.

Hoje nós temos um programa estadual que tem investido bastante na cultura, que também manda dinheiro para São José, e programas federais que ajudam bastante nisso. A outra coisa é não dar para nós ter orçamento e manter os espaços culturais fechados aos sábados, domingos, e tratar a cultura em horário comercial. É na hora que as pessoas têm tempo para o lazer que elas precisam da cultura. Não adianta na hora que eu for procurar um teatro para minha sobrinha, eu encontrar só no parque da cidade, se chover também não tem. Não adianta ser só no Parque do Vicentina Aranha, que é longe da minha casa, e também lá, não tem a hora que eu preciso. Outra coisa que eu gostaria de manifestar é sobre a LIF, o Alcemir já falou do Fundo Mundial de Cultura, e também sobre os pontos de cultura que não são ajudados pela Prefeitura de forma alguma.

Então, desde que conseguimos oficializar os pontos de cultura em São José, do municipal não tem ajuda nenhuma. E sobre a LIF, que a Lei de Incentivo Municipal, é um absurdo. Temos que pagar para usar a LIF. Na última reunião que fomos na Fundação Cultural, eles reforçaram. Você tem que pagar 20% que vai para um tal de fundo que vai ser distribuído para financiar a cultura. Não há transparência nisso.

E se você está pedindo dinheiro, como que você vai ter tirar do seu bolso 20% para você usar os outros 80%? Essa é uma lei absurda que existe em São José. Não existe lugar nenhum. Eu fiz o curso agora no final do ano do CUT/SP. Os professores que vieram para cá para ensinar, fazer projetos, eles falaram que é um absurdo, que eles nunca viram em lugar nenhum uma lei como a de São José. E eles ficaram chocados com um número pequeno de projetos que disputaram a verba da LIF. Obrigada.

César Pope.

Boa tarde a todos e todas. É um prazer ver essa casa cheia de povo, de gente da cidade querendo colaborar para que a cidade seja cada vez melhor para todos e todas também. Eu anotei aqui algumas coisas. Assim, eu não sei como que vocês vão fazer, mas vocês são responsáveis pela administração da cidade, então resolvam, tá certo? Aqui, reforçando que a cidade necessita de 1% para a cultura, porque esse 1% se transforma em 3%, 4%, porque esse investimento gera renda, e a renda gera comércio, movimento da cidade, vamos dizer assim. Então, é muito importante que seja votado pelos vereadores, seria bom que os vereadores estivessem por aqui para ouvir e saber disso também.

E a Fundação Cultural precisa ter uma reformulação no estatuto para que possa ter concurso público, porque é uma coisa que está faltando também, são funcionários concursados, porque senão vira um balcão cheio de cargo de confiança. Não é legal isso. E a retirada, a que a Alessandra falou, desses 20% da LIF. A gente aprova um projeto de 100 mil, o empresário dá 100 mil para o nosso projeto, aí ele tem que tirar do bolso dele mais 20 mil. Aquele 100 ele dá com carinho, porque ele não vai gastar, Mas 20 mil fica difícil. Isso dificulta. De 100 projetos aprovados, dois ou três são captados. Então isso aí precisa mudar. Proteção das árvores. A gente precisa proteger nossas árvores. Eu vejo aí constantemente árvores com a raiz caindo. Lá no parque da cidade, o bambuzal, aquele monte de bambu maravilhoso lá, tudo com a raiz a vista tem que proteger nossas árvores e tem uma campanha de arborização. Sou do Monte Castelo. No Monte Castelo, há um ano atrás, até hoje, acho que derrubaram umas 30 árvores lá e não plantaram nenhuma.

Está ficando cada vez pior. Despoluição dos rios, dos córregos nossos. Os rios e córregos cada vez mais poluídos, ninguém fala nada, não faz nada. Transformação do banhado numa área pública de proteção ambiental para o uso público de lazer e cultura, incluindo os moradores como agentes efetivos ali, trabalhando na preservação, criando

postos de trabalho, renda e dignidade. Manutenção dos parques como áreas públicas e não privatização dos parques. Porque se uma Prefeitura não tem capacidade de gerir os parques da cidade, é melhor fechar a porta e ir embora. Tem que gerir. Foram eleitos para gerir a cidade. Então os parques devem continuar sendo públicos. Porque se forem privatizados, vai ser cobrado. Nós vamos ter que pagar. E já pagamos demais.

Transformação da Tecelagem Parayba numa área pública para o uso da cultura, meio ambiente, indústria criativa e novas tecnologias. Aquele maravilhoso, daquele prédio gigantesco lá, caindo, caindo, um patrimônio público lindo, grande, caindo, gente. Precisamos ir lá ver. Está cheio de mato, caindo, parede caindo. É uma tristeza.

Criação de mais casas do idoso por conta do aumento da longevidade. Isso aí eu falo em causa própria. Mas, assim, mais casas do idoso. A cidade tem quatro. A última foi construída há mais de dez anos, e a cidade está avançando na idade. Rapidinho. E a última. Divisão de eventos. Priorizar a contratação de artistas locais. Isso seria bacana também para criar renda, criar oportunidades para nós artistas trabalharmos mais. É isso aí. Obrigado.

Obrigado.

Próximo escrito, Sidney Campos.

Boa noite, Nabuco, boa noite a todos. Parabenizar todos os munícipes que estão presentes aqui. Os servidores da prefeitura estão trabalhando, o pessoal do DRC, parabéns a todos aí. Nabuco, eu vou encaminhar uma solicitação junto à secretaria para que a gente possa realmente ter mais audiências em outras regiões da cidade, por conta dos cadeirantes, pessoas deficientes, que têm deficiente visual, etc., etc., para que possa abranger mais a nossa cidade. Mas parabéns, ao evento está muito bom aqui. A minha primeira solicitação que eu estou encaminhando é a gente fazer um aumento do ticket do servidor público. A gente precisa vir do executivo. Isso é importante. Muitos anos sem o servidor ter esse reajuste. Então, a gente precisa reajustar esse valor para o servidor público. Com relação aos bairros da cidade, a regularização do Jaguari, Olaria, é uma demanda muito antiga da comunidade lá. Eles estão precisando que esse processo de regularização. Também o Beira-Rio, a comunidade do Beira-Rio há muitos anos, comunidade de pescadores, quase 100 anos de comunidade, então a gente precisa também essa questão da regularização do Beira-Rio. Lá na região do Limoeiro, lá na divisa com Jacareí, a gente precisa reativar Fundhas do Limoeiro, é muito importante. Chegou um conjunto habitacional popular lá, um CDHU, são 600 famílias lá, e as crianças de lá têm que se deslocarem até o Parque Industrial, para fazer suas atividades na Fundhas de lá. A gente solicita também que seja ativada a Fundhas lá da região do Limoeiro, é importante para aquela comunidade. A construção também de um PEV ali entre o Jardim das Indústrias, Limoeiro, Pôr do Sol, que não tem lá naquela região. Então precisa também a construção de um PEV naquela região, é importante. A cobertura da quadra do Pôr do Sol lá da região do Limoeiro é importante. É o único equipamento público do bairro.

Chega no final de ano, a comunidade precisa fazer atividades de Natal, festas às crianças e não tem onde fazer. Se chove, comunidade fica sem o equipamento para fazer suas festas. É tão importante também esse equipamento. Na Vila Rossi, uma demanda também da Vila Rossi muito antiga, que tenha uma quadra ali na Vila Rossi para atender a comunidade da Vila Rossi. É um desejo da comunidade, eles nos procuraram. A também lá na Câmara vai fazer os encaminhamentos, mas aproveitando a audiência, deixar registrado em ata.

E com relação também ali ao Jardim das Indústrias, uma creche ali é um bairro antigo de São José dos Campos. A creche que atendia as crianças ali era no Pôr do Sol, era um convênio com uma instituição privada e a instituição fechou a creche lá do Pôr do Sol e as crianças lá estão sem a creche ali. São atendidas pela Prefeitura, instituições privadas, mas porém a comunidade precisa de uma creche também para poder atender as crianças lá da região. É um desejo da comunidade.

Mais uma vez, parabéns a todos, a gente está à disposição na Câmara para atender a todos. Vim aqui representando o nosso presidente também, o Eleven. E obrigado, Nabuco, e vou fazer um encaminhamento que tenha mais audiências em outras regiões da cidade. Obrigado a todos.

Próximo escrito é Euam. Não sei se estou lendo corretamente aqui. Euam. É isso mesmo? É isso mesmo?

Boa noite, me chamo Euam. Eu sou artista independente, sou artista multidisciplinar e eu quero reforçar as falas dos meus colegas de trabalho. Em relação, primeiramente, à Fundação Cultural, que tem sido sucateada cada vez mais. Vemos o festidança, por exemplo, como um ponto de partida da minha fala, que sempre foi o segundo maior festival de dança do Brasil. E nos anos anteriores, nessa nova gestão, vemos que o festival só decaiu. Tinha residências com profissionais de outros lugares, que somava muito nos artistas daqui. Tinha a valorização dos cachês para os artistas que iriam se apresentar. E, hoje em dia, a gente vê cada vez mais que, para onde está indo, para onde está indo essa verba, o projeto Arte nas Ruas, que é o projeto mais democrático que tem na Fundação Cultural, porque é um projeto que mantém os artistas de rua tendo o seu direito de se expressar livremente, recebendo uma verba que também já está ultrapassada há mais de cinco anos. E cadê esses projetos acontecendo? A população, que acompanha sempre me perguntam, então não é só para os artistas, a população também ganha com a arte e sendo presente nos espaços públicos, nas ruas, nas escolas. Outro ponto também é as oficinas culturais, antes geridas pela arte nos bairros, amplia, atingia mais ou menos oito mil pessoas. Hoje em dia temos duas mil pessoas apenas, é os alunos das escolas. Cadê as oficinas nas casas de cultura?

Outra coisa, o CARSI é um projeto de circo que desde o ano passado está sem professores e sem alunos. O projeto está parado. Agora, puxando para a estrutura da cidade, na Praça da Matriz, a gente não tem bancos para as pessoas idosas sentarem.

Isso é um absurdo, que numa cidade, numa praça daquele tamanho, não tenha um banco. Isso a gente vê parte de uma política higienista que não quer ver as pessoas vivendo a cidade.

Só para terminar, nós da cultura movimentamos o PIB em mais de 3%, é mais do que a indústria automobilística. Então, se a gente parar, como a gente viu, na pandemia, muito se perde para o Brasil e para a população em geral. Obrigada.

Obrigado. Agora por último, o senhor João Roberto Farias.

Boa noite a todos. Eu sou João Roberto Faria, sou escritor, tenho vários livros publicados e tenho filhos que compõem uma banda de rock, tenho outros amigos também ligados na área da arte e vejo aí a maneira que a Prefeitura trata a cultura no São José dos Campos. É com descaso.

Diria até falta de respeito. Eu vejo o sofrimento dessa juventude, crianças, o meu trabalho também em particular. Estamos jogados à própria sorte. Não tem apoio nenhum. O que a gente vê aí é uma brincadeira. E vejam bem, a cultura, a arte, ela está dentro de cada um de nós. Aquele que achar que não é verdade, ele está vivendo pela

metade e vai ter problema lá na frente. Sobretudo, é bom lembrar que a cultura traz divisa, traz emprego, um monte de coisa, desenvolvimento, saúde para a população. É fundamental a cultura.

Ela deve ser tratada com o respeito que ela merece para todos aqueles que participam, que gostam, que têm apoio, que possa estar participando, que possa estar sendo levado em conta e tudo mais. Então, acho que São José, o prefeito, já de um bom tempo, eu participei de um concurso de conto, isso já tem algum tempo, e fui premiado, cheguei parece, em terceiro lugar.

E não deram nada. Eu esperava pelo menos um livrinho com os melhores contos, que é uma coisa de praxe, né, a gente poder estar mostrando para os amigos, né. Mas nem isso. Então é muito ruim. Isso já é o Prefeito que segue a mesma linha desse que está aí, entendeu? Eles querem matar a cultura. Nós não podemos deixar.

Temos que brigar para levantar a cultura, porque o ser humano é cultura. O ser humano sem cultura é um homem pela metade.

Só lembrando, mais uma vez, que todas as manifestações aqui serão respondidas depois no e-mail do cadastro que vocês fizeram. Não tendo mais inscritos aqui, eu vou passar a palavra para o nosso Secretário, para ele poder fazer o encerramento da audiência.

Bom, mais uma vez obrigado a todos os presentes. Como eu disse, é uma grande satisfação ter a participação. É muito bom também as pessoas poderem se manifestar, mas também é bom trazer sugestões úteis que possam incorporar a nossa LDO e, com certeza, todos os questionamentos que foram hoje presentes e também aqueles que entraram no nosso site e colocaram todas as demandas também serão respondidas e aquilo que se possível for será incorporado na nossa diretriz e nossas metas para esse ano de 2026. Muito obrigado a todos e boa noite a todos.

Após as manifestações, não havendo mais inscritos para falar, às dezenove horas e quarenta minutos a reunião foi encerrada pelo Sr. José Nabuco Sobrinho. Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lavrada e assinada por quem de direito. São José dos Campos, 08 de abril de 2025.

José Nabuco Sobrinho
Secretário de Gestão
Administrativa e Finanças

Alexandre Anacleto
Diretor Financeiro

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2026

No segundo dia do mês de abril de dois mil e vinte cinco, às dezoito horas, no Auditório da Casa do Idoso Centro, situada na Rua Euclides Miragaia, nº 508 – Centro, teve início a audiência pública em atendimento à Constituição Federal, à Lei Complementar Federal nº 101/2000, e nos termos do artigo 16, inciso III, do parágrafo 2º, e do artigo 207, ambos da Lei Orgânica do Município, para recebimento das propostas para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026. A audiência foi dividida em quatro etapas: 1 - introdução; 2 - apresentação e explicação dos conceitos e finalidades da Lei de Diretrizes Orçamentárias; 3 - coleta das sugestões da população referente às prioridades e ações do Poder Público para serem realizadas no ano de 2026 e 4 - conclusão e encerramento. O objetivo da audiência pública é garantir a participação popular nas decisões do município, coletando sugestões sobre as metas e prioridades a serem consideradas na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026. A mesa foi composta pelo Sr. José Nabuco Sobrinho, Secretário de Gestão Administrativa e Finanças e o Sr. Alexandre Anacleto, Diretor Financeiro da Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças. Como estabelecido, a palavra foi passada ao Sr. José Nabuco Sobrinho, conforme transcrito na íntegra abaixo:

Pessoal, boa noite. Vamos sentando para não atrasar muito a nossa audiência.

Pessoal, vamos sentando, vamos acomodando aí.

Pessoal, noite. Boa noite a todos. Obrigado pela presença. Vamos dar início à nossa audiência da LDO 2026. Agradecer a presença. Uma casa também, como na outra, bem lotada. É muito bom participar.

Os munícipes participando dessa mais uma audiência onde a gente pode contribuir e a gente está aqui para exatamente isso, escutar. Lembrando também que no site da prefeitura é possível também fazer as suas sugestões para a LDO.

Inclusive, um alerta, vai ficar disponível no site até sexta-feira, dia 4, porque daí começam os trabalhos internos, fazer os devolutivos, e aquilo que a gente conseguir incluir na LDO. A LDO vai ter ser entregue para a Câmara, mas existe uma obrigação legal, então agora nesse mês, final do mês de abril, nós vamos compor esse trabalho e será apresentado para a Câmara ainda esse mês.

Então, para quem ainda não fez e tiver interesse, entra no site da prefeitura e pode fazer a sua contribuição.

Já tem uma lista aqui daqueles que querem se inscrever. Já vai ser feita a apresentação pelo nosso diretor, Alexandre Anacleto, e logo em seguida nós vamos abrir a palavra para aqueles que se inscreveram. Eu gostaria de agradecer a presença da Maria Aparecida Costa, da Associação de Amigos de Bairro do Majestic, o Aécio Ferreira, da Associação de Amigos de Bairro do Freitas, a Elaine Lopes da Silva, amigas de bairro do Banhado.

O Antônio, o Sassá, é da Sabe do Campo São José, da Associação.

O Eric Tiago Rosa, liderança do Jardim Paineiras 1 e 2.

O Lucas Monteiro.

O Edmilson.

a Flávia do Sindicato dos...

Flávio, desculpa Flávio, do sindicato.

Vivian, que é a representante legal e cultural da Companhia Cultural.

Velhos novatos, isso? Obrigado. Obrigado a todos, obrigado pela presença. Vamos dar o início, então. O Alexandre vai continuar. Estamos aqui à disposição. Obrigado.

Boa noite a todos. Como o secretário disse, eu sou diretor financeiro da prefeitura, estou aqui representando o departamento financeiro responsável por elaborar as peças orçamentárias do município. Hoje nós estamos aqui para fazer a composição da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é um importante instrumento nessa tria de que compõe as peças orçamentárias. Vamos fazer uma breve explicação aqui de como a gente opera o orçamento, como a gente faz a montagem dele, e a importância da participação de vocês, munícipes, na conclusão da peça orçamentária. Hoje nós estamos aqui fazendo a segunda audiência da LDO, a primeira audiência foi no dia 26, aqui mesmo nessa casa. E para o segundo semestre, nós iremos fazer as audiências do PPA e da LOA nas sete regiões da cidade. Fizemos duas agora para concluir a LDO e depois, para concluir o orçamento propriamente dito e o plano plurianual, que vai se iniciar no ano que vem, nós vamos fazer sete audiências em todas as regiões da cidade e nos distritos de Eugênio de Mello e São Francisco Xavier. Então, como o secretário já disse, o formulário está disponível na internet. Vocês podem capturar o QR Code, eu vou deixar o final da apresentação aqui. Entrando no site da Prefeitura também tem o banner da LDO, só clicar lá, fazer a sua contribuição para que a gente possa avaliar e respondê-los. Toda a manifestação que houver aqui na frente hoje será anotada.

Nós redigimos uma ata da reunião e vamos responder as demandas solicitadas aqui. Então, gostaria até de lembrar, se tiver alguém aqui que não se inscreveu para falar ainda e tem interesse em vir aqui à frente ao final da audiência, é só se dirigir à mesa para dar o nome ali na entrada.

Então, explicando brevemente aqui sobre as peças orçamentárias, a Constituição traz esses três instrumentos de planejamento, que é o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual, que é o orçamento propriamente dito. Então, no plano plurianual, nós estabelecemos quais são os objetivos do município e as diretrizes, onde a gente quer chegar.

Na lei de diretrizes orçamentárias, gente estabelece as metas e prioridades, como a gente vai atingir aqueles objetivos. E na lei orçamentária anual, a gente vai estimar as receitas e fixar as despesas. Eu só fixo as minhas despesas até onde eu estimei que eu vou arrecadar, é a execução do orçamento propriamente dito.

Nós estamos aqui também em cumprimento à lei de responsabilidade fiscal, que é o principal instrumento na legislação brasileira aqui para responsabilizar mesmo o gestor sobre as suas ações, suas atitudes. A lei de responsabilidade fiscal estabelece limites, limites com despesa com o pessoal, para que as contas públicas se mantenham equilibradas.

O ponto principal dessa lei é o equilíbrio entre receitas e despesas. Vários dispositivos dessa lei tentam direcionar o gestor para que consiga desenvolver as suas políticas de maneira responsável e equilibrada.

Só explicando um pouquinho também sobre como se estrutura, o PPA tem uma duração de médio prazo, são quatro anos, e ele se inicia no segundo ano de mandato do presidente do Executivo. Então, o prefeito Anderson, no caso, foi reeleito, mas o PPA dessa nova gestão, se inicia no próximo ano. Então, gente vai desenvolver ele esse ano

para começar a ser implantado a partir do próximo ano. Então, esse ano de 2025, nós estamos ainda sobre a vigência do PPA anterior. Já a LDO e a LOA, elas são elaboradas ano a ano. Todos os anos dessa gestão haverá em uma LDO e uma LOA. Todas as peças orçamentárias estão interligadas. Um efeito meio que em cascata. Tudo que você coloca na LOA, tem que estar previsto na LDO e previsto no PPA.

Explicando mais um pouquinho o que o secretário já falou, nós vamos entregar a LDO até o final de abril. As sugestões estão abertas até sexta-feira agora. Nós vamos coletar todas as sugestões, fazemos um tratamento, uma análise, responde todas as sugestões e, no que couber, nós vamos inserir na peça orçamentária. Em setembro, no final do ano, nós vamos entregar o PPA e a LOA. E aí nós teremos concluído aí, o processo orçamentário para o ano que vem.

Então, aqui hoje, a manifestação dos munícipes é no sentido de solicitar algum projeto, alguma obra nas suas respectivas áreas de interesse. A colocou alguns exemplos aqui, educação, saúde, esporte, manutenção. Então, como a gente está definindo quais são as prioridades para o próximo ano, é importante que vocês tragam a sugestão de alguma obra, de algum projeto novo. A melhoria de algum projeto que a Prefeitura já desenvolve na LDO, ele estabelece as coisas num patamar um pouco mais acima, um pouco mais macro. E a lei orçamentária, ela vai já no detalhe. Então, eu vou deixar aqui o QR Code para quem quiser capturar e fazer já sua contribuição no site da Prefeitura.

E a partir de agora nós vamos elencar aqui as pessoas que vão fazer a participação aqui na frente.

A gente só pede que todos que vierem aqui à frente hoje respeitem os três minutos de duração para ter isonomia entre todos os participantes, que não se estendam além do período estabelecido. Eu vou colocar um timer aqui no computador.

Então a gente só pede que se atenham ao período de três minutos. Eu vou iniciar aqui chamando o senhor José Joaquim Celestino, por favor.

Boa noite a todos, eu vim representando o lado norte.

Eu vim fazer um pedido meio enusitado para o prefeito. Estamos pedindo um cemitério na nossa região. É o último favor que nós vamos fazer para o morto. Ele não vai pedir mais nada. Vai pedir onde? Não vai pedir mais nada. Então nós precisamos desse aval e o prefeito pensar bem no nosso lado lá. Obrigado.

Obrigado pela contribuição, Sr. José. Próximo inscrito, Antônio Pedro da Silva, o Sassá.

Boa noite a todos. Eu estou aqui representando a associação de amigos lá da minha região, do Campo São José e região. E o que me trouxe hoje aqui me forçou a barra, porque na gestão passada participei de uma reunião e não gostei muito, porque não tinha reivindicação nenhuma da nossa região. E por esse motivo é que não foi feita obra na nossa região.

Então, ele me forçou a vir hoje aqui. E hoje, está precisando de quê? A construção de mais um posto de saúde lá no Monte Rei, que é do Campo São José, não está comportando muita gente que está comparecendo lá. E, por outro lado, um ginásio de esporte também no Campo São José, uma construção que o pessoal lá está precisando urgente. É para ontem isso aí. E a cobertura, de uma quadra também de esporte lá no Set Ville. Porque o pessoal joga bola, está chovendo, não tem condições de jogar. E uma coisa principal, já que eu estou vendo o meu amigo Cássio lá, da seguinte forma, Set Ville não tem cobertura nos pontos de ônibus. Isso é uma coisa absurda. Eu estive conversando com uma pessoa, não vou citar o nome.

Porém, ele acha que tem um aplicativo, não precisa do abrigo. E se eu estou dentro do ônibus e está numa chuva lascada, como é que eu vou fazer? Vou ter que ficar lá no meio de chuva. Não só eu, como muitas pessoas, com criança no colo e outras coisas. Então há necessidade que o pessoal atenda a gente nesse sentido. Da forma que está ocorrendo, aí fica difícil.

Então a gente conversa com o pessoal da Prefeitura, com alguns vereadores para nos ajudar, porque é muito importante esse tipo de coisa lá na nossa região. E o mais, eu só tenho que agradecer ao pessoal, tá? A oportunidade que estão dando aqui para a gente, para chegar nesse microfone aqui meio acanhado, mas pelo menos saiu o que a gente precisa, tá bom? Muito obrigado a todos.

Obrigado, Sr. Antonio. Próximo, Aécio Mota.

Boa noite a todos vocês, as lideranças, aos amigos aqui presente. Sou funcionário da prefeitura há 43 anos, mais dois de Cosenti, 45. Também sou do Partido Republicano, sou suplente e vereador do Republicano de São José dos Campos. Ajudamos a fazer a campanha do Anderson Faria nessa cidade. Porém, nós temos que elencar algumas coisas. A gente trabalhou, a pôr nossa cara, mas nós temos que cobrar também melhoria para os segmentos.

O primeiro seguimento que eu quero falar para vocês que é sobre a região do Freitas. SP50 caótica, palco de tragédias, mortes ali, a estrada é uma linguíça, uma situação difícil ali, nós temos que municipalizar aquela estrada ali para que gente possa melhorar a questão da vida das pessoas ali. O prolongamento da estrada do Freitas, do ponto final até a estrada do bom sucesso, devido a acidente de enchente da SP50, nós estamos falando aqui por vários anos nas LDO, LOA, e nada acontece. Então, nós temos que ver essa questão, porque nós estamos falando de vidas humanas que estão correndo perigo daquele trajeto. Por outro lado, nós temos a questão aí do Freitas para buscar melhorias, que é um campo de futebol para a região que não tem, nós temos oito times de futebol, não temos um campo de esportividade para a comunidade ali. Temos que só rever essas coisas, nós deixamos as pautas ali e outras coisas que precisa fazer, regulação do bairro e por aí vai. O bairro com 80 anos sendo privado aí de fazer melhoria nas nossas casas. Então, um problema sério, nós deixamos ali. Eu vou trocar de camisa aqui, dá licença.

Essa camisa aqui, eu vou falar agora do servidor. Sou servidor há 43 anos, mas dois de Cosenti, 45. E uma das pautas nossas nós queremos lutar aqui. Prazer em reconhecer também o Zé Nabuco, já falei muitas vezes pela rádio com ele, e hoje estou vendo pessoalmente. Nós falamos do PEV na região do Freitas, que não foi possível, mas nós continuamos na luta lá, para fazer pelo menos um catatreco. O servidor está nessa luta aí há 31 anos sem aumento real de salário, sem revisão da classe salarial, ticket defasado com o mercado, com a comida que é oferecido no mercado, nós precisamos levar esse ticket pelo menos para mil reais gratuitamente para o servidor, porque isso não vai ter impacto na patronal, não vai ter impacto no instituto e o servidor merece, porque está há 31 anos sem essa revisão de classe salarial. Por outro lado, nós também temos que ver aqui a questão também é do servidor do concurso público por departamento de receita para arrecadação do departamento de receita. Nós arrecadamos R\$ 1.600 por habitante dessa cidade. Tem cidades que arrecadam R\$ 3.200, R\$ 3.600 por habitante. Nós precisamos melhorar, precisamos de concurso público para fiscal, agente técnico tributário e os auditores. Precisamos resolver essas questões para melhorar da questão da eficiência da arrecadação. Quero agradecer a todos vocês aqui e pedir para o Flávio também já oficializar o Instituto sobre a audiência

pública do IPSM para ver como está a situação real do Instituto lá. Obrigado, viu? A todos vocês aí.

Obrigado Aécio, próximo Edmilson.

Boa noite a todos, sou Edmilson Castrioto, servidor público há 28 anos e meio, em julho farei 29 anos, sou da área da educação, hoje estou atuando como diretor sindical do sindicato de servidores municipais de São José dos Campos. E é um prazer enorme estar aqui hoje. Bom, a minha fala remete os anseios e a necessidade de todos os servidores públicos aqui de nossa cidade. Como diz a nossa camisa, sou servidor público, né?

E essa cidade aqui, quem cuida dela sou eu, sou eu secretário de escola, sou eu enfermeiro, sou eu médico, sou eu um agente educador, sou eu um professor, e são tantas casas e tantas pessoas que cuidam dessa cidade. Então, eu peço a mesa que está secretariando que coloque como aditivo a minha fala aqui, que é muito importante. A nossa reivindicação, quero que todos saibam, nós temos campanha salarial 2025, e essa campanha nossa aqui é uma campanha de todas as cidades do país, que seguem a bandeira da Confetam. Então, todas as cidades têm esse lema, que é muito importante, quem cuida dessas cidades sou eu. Gostaríamos que fosse incluído como aditivo na pauta da LDO as nossas solicitações de cláusulas econômicas, secretário e o secretário da mesa, que são o reajuste do nosso ticket, que nós precisamos que seja equiparado ao da Câmara Municipal, sem desconto nenhum, que seja retirado qualquer tipo de taxa. Nós solicitamos também que seja avaliada a questão dos 14%, que é cobrado principalmente dos aposentados e das aposentadas, que nunca foi cobrado trabalhar durante 40 anos em nossa cidade, e hoje amargam com essa despesa desnecessária, sendo que já contribuíram por 40 anos.

Solicitamos também em nossa pauta, secretário, abertura de mesa, rodada de negociação com o governo para discutir a questão do gatilho salarial, 14%, todo direito de inflação, os 5% que ficaram no período de pandemia, que são mais de 20%, que faz falta na mesa, no dia a dia da comida do trabalhador. Então, isso é muito importante.

Eu quero agradecer a presença de cada diretor que está aqui hoje também. Não vou estender muito a fala porque também eles vão falar um pouquinho. Então, acho muito importante que como aditivo, seja colocado em LDO. Amanhã nós estaremos na frente do Paço, com os servidores num ato, fazendo a nossa entrega da nossa pauta de reivindicações de 2025 da nossa campanha salarial. Convido a todos que estejam lá presentes, que sejam servidores, agentes públicos, porque é importante isso, porque sem servidores a cidade não funciona, a cidade para e nós temos que cuidar dos nossos direitos, não só dos nossos deveres. Muito obrigado a todos.

Obrigado, Edmilson. A próxima pessoa é Eric Thiago.

Boa noite a todos, senhores e senhoras. Venho hoje para dizer que a LDO é mais do que um planejamento financeiro. É garantir a garantia de que nossas ações terão impacto real na vida das pessoas. É por isso que trago três projetos que toco diretamente a nossa comunidade, que são o bem-estar animal, a educação das nossas crianças e adolescentes e a segurança pública.

O primeiro projeto, Adote Com Cuidado Cuide Com Amor, não é apenas uma iniciativa para reduzir o abandono de animais, é um compromisso com a compaixão, responsabilidade social de nossos animais de rua. Preciso de um olhar humano e solidário, com parceria público-privado, garantimos castração, vacinação e microchipagem, dando aos indefesos animais, uma saúde pública de qualidade para eles.

Um exemplo bem sucedido dessa iniciativa pode ser visto em Curitiba, onde um programa semelhante a esse, que eu quero levar para a Câmara Municipal, reduziu significativamente o número de animais abandonados. O segundo projeto é na educação, projeto juntos no caminho da educação. Representa muito mais do que um meio de transporte gratuito às crianças e adolescentes de nosso município. Ele simboliza a esperança de centenas de crianças e adolescentes que sem essa iniciativa poderia ficar à margem do conhecimento e de um futuro. Em Belo Horizonte, um programa parecido aumentou a frequência escolar e proporcionou mais segurança para os estudantes e os seus pais. Para a segurança pública, proponho a criação de uma base de apoio policial em parceria público-privado. Inicialmente, com o projeto piloto, a implementação poderia ser no bairro Vista Verde, que tem algumas ocorrências de problemas de som alto lá.

Essa base oferece suporte com a Polícia Militar e Guarda Municipal, garantindo um espaço de atendimento à comunidade e fortalece a presença policial. Experiência bem-sucedida foi feita na cidade de Arajá, Minas Gerais. Mostrou que essa iniciativa reduziu a criminalidade, aumentou a sensação de segurança. Senhores, investir nesse projeto é investir na qualidade da vida da nossa população. Conto com o apoio de todos.

Podemos construir uma cidade mais justa, segura e próspera. Por último, gostaria também de salientar a luta que os servidores públicos, que haja uma necessidade de uma melhoria no vale alimentação, no vale refeição, que é um dos dois que eles tiveram escolhendo, e no Convênio Médico. Esses homens e mulheres dão sangue por essa cidade e essa cidade não é um modelo para muitas outras cidades à toa. São esses homens e essas mulheres que estão fazendo a diferença na ponta e muitas vezes são invisíveis pela sociedade. Uma ótima noite a todos e fica com Deus.

Obrigado, Eric. Próxima pessoa.

Corrija se eu tiver errado, mas é Vivian Rau, é isso?

Boa noite a todos, sou Vivian Rau. Sou atriz, arte educadora, produtora cultural. Moro em São José dos Campos há 26 anos. Sou mãe solo, sou artista, sobrevivo da cultura. Eu vim aqui hoje solicitar 1% do orçamento para a cultura. Os artistas locais estão sem trabalhos. A Fundação Cultural reduziu drasticamente a quantidade de oficinas culturais, as casas de cultura estão sem restauro, essa semana aconteceu, e isso acontece há muito tempo, o ateliê de artes plásticas e visuais caindo água, estragando equipamento público, prédios históricos. Estou aqui reivindicando que cultura é um direito, não é luxo. Cultura é um direito, e a cidade de 800 mil habitantes tem direito à cultura de qualidade.

As casas de cultura ficam fechadas aos fins de semana, onde poderiam estar atendendo a comunidade de fato. As oficinas reduziram, os funcionários são poucos, o equipamento público cultural está sucateado e nós queremos 1% para a cultura. E até quando gostaríamos de saber por que o orçamento da cultura não é utilizado para a cultura como deveria ser?

Porque anualmente é devolvido milhões para a Prefeitura, sendo que tem casas de cultura caindo aos pedaços, caindo o forro, o próprio exemplo da Ateliê. Nós queremos, pedimos aqui, como representante da classe cultural de São José dos Campos, 1% para a cultura, para que essa cidade se torne, de fato, capital da cultura, porque, até então, é fotinho, é selfie, que está tudo lindo. Gostaríamos também de solicitar que fizessem uma pesquisa com os artistas que são prestadores de serviço, porque a pesquisa que eles publicaram é mentirosa. A 70%, 80% de satisfação. Satisfação de quem? Porque os fazedores de cultura que carregam esse diploma, esse cartaz capital da cultura que o nosso presidente querido ostenta anualmente, não é real para os fazedores. Isso não é fato. Então, por isso, mais uma vez, 1% do orçamento para a cultura. E que esse 1%

seja utilizado na cultura, para a reforma do equipamento cultural, para melhoria. Obrigada.

Obrigado, Vivian. Próximo é Lucas Monteiro.

Boa noite a todos. Sou o Lucas, sou professor da rede municipal, sou diretor também do sindicato de servidores, que já estive aqui. É um prazer estar aqui, um prazer conhecer o senhor secretário José Nabuco. Nosso sindicato, inclusive, pedimos uma reunião ainda em janeiro, estamos conhecendo só agora, mas tenho certeza que vamos ver bastante daqui para frente. Bom, já foi falado um pouco aqui de algumas das sugestões para o orçamento, de reivindicações dos servidores municipais, que são a linha de frente de todos os serviços essenciais que foram colocados como prioridades tanto para o orçamento do ano que vem, quanto para o plano plurianual a ser definido, a ser debatido pelo governo, pelos poderes legislativos, enfim. Eu acho que... E aí tem algumas coisas, para além das reivindicações dos servidores que afetam diretamente isso, são 7, 8 mil servidores da ativa, cerca de 7 mil para mais de servidores aposentados que também são cidadãos aí e também consomem na cidade, pagam imposto na cidade, e tem uma fatia ali do orçamento que se mantém nos últimos anos praticamente a mesma conforme o orçamento foi subindo. Inclusive, nos anos de pandemia, o orçamento da cidade foi subindo e essa proporção investida em despesa pessoal, despesa com servidores daqui da cidade, foi se mantendo a mesma. Nisso, teve uma perda salarial, essa parcela da cidade teve uma perda salarial de cerca de 25%, mesmo com esse aumento do orçamento. As previsões orçamentares nos últimos anos se mantiveram sempre as mesmas também, sem nenhuma grande mudança, acarretando nessas perdas e outras reivindicações que já foram citadas. Pensando para o próximo ano e pensando inclusive no plano plurianual, existe uma outra questão que afeta bastante o orçamento, pensando na vida dos servidores, mas não só porque é uma coisa que pode virar, tem virado já um problema de médio e longo prazo muito grande para a cidade. É a questão da dívida com o Instituto da Previdência. Apesar de jovem, eu pretendo me aposentar um dia e gostaria de ter um instituto saudável. E não é isso que tem sido visto nos últimos anos. A cidade acumula uma dívida de mais de 500, 600 milhões com o Instituto da Previdência.

E quando esse orçamento é afetado dessa forma, isso pode prejudicar inclusive todos os outros setores que chegam para a população. Bom, para concluir, também tem uma questão específica que eu colocar. Existe um piso definido para os professores, o piso do magistério, que desde o ano passado não é cumprido pela Prefeitura. Então, para além da perda salarial dos servidores em geral, os professores, são a ponta de lança da educação, que todo mundo, inclusive os governos, gostam de falar muito, como cidade da educação, cidade educadora, não têm esse salário básico, o piso, cumprido, desde o ano passado, com uma aplicação incorreta na carreira, inclusive, que faz com que hoje o professor, recebe um aumento depois de três anos, é um aumento de 20 reais apenas. É isso. Obrigado.

Obrigado Lucas, próximo é Luciano Alves.

Olá, boa noite a todos, boa noite ao pessoal aí da mesa. Meu nome é Luciano, sou morador da Zona Norte, do bairro Jardim Minas Gerais. É um bairro que tem um pouco mais de 15 anos, estamos representando o pessoal lá do bairro, formamos uma comissão, porque é um bairro, um bairro médio, hoje acho que mora lá mais ou menos mil pessoas.

E a gente precisa, a gente tem uma área grande lá, gente tem quase um quarteirão, e gente está precisando de equipamento público para o bairro. Porque assim, até hoje, a Prefeitura ainda não investiu nenhum tijolinho público lá no bairro, então a gente precisa

trazer melhorias. Então, qual que é a minha sugestão? Deixei registrado lá no site. Inclusive, a gente tem uma reunião com prefeito.

E também gostaria de deixar registrado aqui porque para a construção de equipamentos é preciso ter orçamento. Então, a gente sugeriu a construção de uma escola municipal. Lá nós temos vários alunos que estudam, que estão aguardando vaga. Tem várias escolas que estão com uma fila de espera grande. Então seria importante isso. Como é uma área grande, a gente coloca como estudo, se não for possível construir uma escola, ou se não uma unidade infantil para as crianças, ou senão na área da saúde, uma UBS, porque lá também tem poucos UBS, lá o UBS do Telespark, que ela atende uma grande região, até lá o pessoal do Jaguari, então assim, é uma demanda muito grande, então a gente tem pedido isso, ou senão disponibilizar por uma área esportiva.

Poderia ser uma quadra esportiva, tem essa questão aí da Academia Ar-Livre, mas a gente quer deixar registrado isso porque os moradores, eu tenho conversado com muitos moradores, a está com um abastecimento de centenas de pessoas, né, solicitando isso, e eles têm, assim, uma preocupação de o prefeito estar destinando talvez o terreno para habitação. Nós somos a favor de habitação, mas não seria o local, porque se for se o prefeito fazer habitação nesse local, gente não vai ter nenhum local para construir nada. Então vai ser um bairro que não vai ter nada, não tem nenhuma praça, tem nenhum parque, não tem nada para as crianças, as crianças brincam na rua. Então, assim, a gente veio com essa sugestão aqui, juntamente com o senhor José, solicitar que a Prefeitura possa construir equipamento público para o uso comunitário, que possa atender a população da zona norte, do Jardim Minas Gerais. Obrigado.

Obrigado Luciano, próximo inscrito é Elaine Lopes.

Boa noite a todos. Meu nome é Elaine Lopes. Eu sou da comunidade do Banhado. Primeiramente, pedir para colocar o Banhado no orçamento para regularização fundiária. Falar sobre a política suja da Prefeitura, que o Banhado é um bairro que existe há 100 anos. Inclusive, o amigo Aécio morou lá, cresceu com os meus pais. Meus avós chegaram na década de 1930. O Banhado, por lei, já era para estar regularizado. A gente já ganhou, em primeira instância, e sempre ter que ficar batendo na mesma tecla, que a gente não tem manutenção, que a gente tem que recorrer ao Ministério Público para trocar lâmpada. Que vergonha para a Prefeitura uma área central onde não tem nada para as crianças, não tem uma quadra. A quadra da gente está deteriorada. Não tem uma segurança, está tudo escuro, para trocar uma simples lâmpada, gente entra no Ministério Público. Vocês vão ver na televisão nos próximos dias como a gente faz para trocar as lâmpadas. Então, para com essa política suja de congelar bairro. Isso aí é favelizar, isso aí é marginalizar o povo pobre. É regularização fundiária. Quem mora em área de risco não é a área de risco o Banhado, que eles costumam dizer. E quem mora em área de risco é remover o risco e não remover as pessoas como faz. Essa política suja que remove as pessoas e coloca em CDHU, que coloca lá nos prédios do Alto Santana como está lá, ordem de despejo, ordem de despejo no Putin, ordem de despejo no Interlagos. Quem assistir a vanguarda aí vai saber quantas ordens de despejo tem e de onde vem essas pessoas. Essas pessoas vieram tudo de área de risco, que a Prefeitura diz, mas não é área de risco, é área de rico, como o Banhado.

Banhado é uma área de rico, só que a Prefeitura vai ter tomar vergonha na cara, colocar a lei do orçamento, a regularização fundiária para cidade, para todos os bairros, porque o Banhado vai ser regularizado. E se gente tiver que entrar no Ministério Público, se gente tiver que correr atrás do nosso direito, se gente tiver que fazer manifestação para ter os nossos direitos, a gente vai fazer. A gente vai fazer tudo o que tiver ao alcance.

Só que a gente procura a maneira mais óbvia possível, a maneira do direito, que é ligar no 156, é correr atrás, é ir atrás da prefeitura.

Já fui até atrás do prefeito. O prefeito pediu para eu ligar num 156. Tenho mais de 18 protocolos.

Falando que a obra foi concluída, a trocação das lâmpadas. Cadê que o serviço foi executado? É só ver que está escuro. Mas para essa semana vocês vão ver. Por quê? Porque o Ministério Público entrou. Então tem que parar de congelar o bairro. Porque você congela o bairro, mas você não congela a vida das pessoas. As pessoas têm direito. Continua nascendo, continua crescendo, procriando. E aí, o que a Prefeitura vai fazer? Impede as pessoas de ter um bem-estar, impede as pessoas de ter dignidade, entra dentro do bairro. A pessoa tem escritura definitiva. Como a minha família tem, a família do senhor Sérgio tem, e eles entraram lá e demoliram um muro, gente, dizendo que é a lei da APA. Que lei da APA? A APA consiste em regularização fundiária, a lei 13.465 de 2017. Agora, em área de APP, área de rico, eles não demolem. Agora, o Banhado, eles entram e acham que faz o que quiser com povo, mas não faz, não. Então, vamos colocar no orçamento regularização fundiária e 1% da cultura.

Obrigado, Elaine. Próximo inscrito, José Eduardo de Oliveira e Silva.

Boa noite mesa, boa noite secretário, prazer conhecê-lo, apesar de em 2017 eu deixei essa casa, tá? Em 35 anos, agente fiscal. Então a gente conhece toda essa situação que foi colocada, eu parabeno a todos os colegas que aqui colocaram, que a gente conhece. A gente nasceu em São José em 1800 alguma coisa.

Eu sou descendente de 60 italianos, meu avô vem pra cá, foi pioneiro em São José. Nós conhecemos os problemas de São José, nós demos cara pra população. Eu acho, desculpe eu colocar isso, mas eu acho que o prefeito tem que ser mais popular, ele tem que ouvir a população, afinal de contas a população que votou nele. Tá bom, gente? Sassá!

Parabéns, porque eu sou da região leste. Eu também só vivi 30 anos na região norte. E eu gostaria de colocar aqui um problema seríssimo. Nunca eu vi, com 71 anos que eu tenho, nunca vi uma drenagem no rio. Devido, qual é? Rio Buquira, deságua no Paraíba. Gente...

Todo ano a SP50 tá gente morrendo. Eu faço pedido às autoridades, sou proprietário de área na região, não é pra mim, é para as pessoas que fazem uso, daquela estrada e a Campos de Jordão, lá você tem o Palácio do Governador. Gente, a região norte tem que ser vista de outra forma. Ela é uma região que não é só preservação ambiental, ela tem usos dos platôs. A Europa inteira usa platôs. Por que que não muda a nossa legislação? Um caderno desse tamanho que não muda? A Câmara Municipal está aí para isso. Reivindique, senhores. A Câmara está disposta a vocês. Os vereadores têm que ser acionados, as pessoas têm que fazer parte do todo tecnológico. É muito bonito um avião voando, uma maravilha, e as pessoas que constroem ele no chão. Ninguém fala deles? Eu quero falar agora, servidor que sempre fui e ainda continuo a exercer atividades voltadas à área fiscal. Não parei, sou advogado, sou corretor de imóveis, sou gestor público, conheço profundamente, só que eu não quero hoje colocar nada nessa LDO, porque eu não sei o que é previsto, tá certo? Se vocês vão prever, então vamos colocar, mas vamos fazer um estudo mais certo, mais básico, porque não adianta. Estatística, como o colega servidor falou, está por igual, então vamos ver um gráfico que representa algo lá que está igual. Por que está igual? Vamos ver.

Gente, gostaria de colocar aqui, os 14% que foi colocado para a gente é injusto, sempre pagamos o Instituto, aí vem uma normativa que eu não sei que normativa que é, tá?

Desconheço ela em todo o seu teor, seja administrativo, jurídico, executivo, sei lá, tá? Que não tem cabimento colocar esse índice ocioso nos nossos pagamentos. Por quê? Por que disso? Não entendo. Nós pagávamos o Instituto e o Instituto... Meu Deus, nós não temos mais alíquota. Vamos colocar uma alíquota em cima de outra alíquota? Não existe isso, gente? O tributário não existe isso. Não é possível ser feito isso. O Supremo está lá, aguardando o quê? Para manifestar a favor nosso?

Não sei, esse país está bagunçado gente, depende de nós, nós estamos aqui para falar, para isso que nós estamos aqui, para reivindicar, a algo que pode colocar lá, agora eu não sei o limite.

Eu sei o limite que eu posso colocar, devido as situações que estão aqui. Não tem ligação.

Eu vou pedi para o senhor concluir só por caso dos três minutos.

Concluindo, gostaria que tudo o que fosse colocado aqui, bem claro, é bem conciso, eu acho que são vindicações válidas e que devam ser contempladas. Agora, quanto ao limite, eu não sei. Tem que estabelecer. Regras, é até tanto, até tanto, não sei.

Obrigado e boa noite.

Obrigado, Sr. José. Não tendo mais inscritos, eu vou encerrar as participações e passar palavra ao secretário para fazer o encerramento da audiência.

Bom, é isso. Gostaria só de agradecer mais uma vez a presença de todos. Muito bom a gente ter essas considerações, essas sugestões são todas serão anotadas, aquilo que for ser possível ser incluído na LDO será feito e as devolutivas para aqueles que fizeram os registros. Lembrando mais uma vez, até o dia 4 de abril também está disponível no site da Prefeitura para poder fazer as suas sugestões para ser incluída na LDO. Muito obrigado, boa noite a todos.

Após as manifestações, não havendo mais inscritos para falar, às dezenove horas e cinquenta minutos a reunião foi encerrada pelo Sr. José Nabuco Sobrinho. Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lavrada e assinada por quem de direito. São José dos Campos, 09 de abril de 2025.

José Nabuco Sobrinho
Secretário de Gestão
Administrativa e Finanças

Alexandre Anacleto
Diretor Financeiro